

MOÇÃO ESTRATÉGICA GLOBAL GOVERNAR PORTUGAL SEM CEDER AO SISTEMA

O primeiro passo para rumar ao Governo está dado. As eleições autárquicas mostraram que os portugueses veem no CHEGA uma solução para o futuro, uma solução que lhes devolve esperança quanto a um Portugal melhor para si e para as próximas gerações.

Colocámos a fasquia alta ao querermos ser a terceira força política mais votada no sufrágio autárquico. Fomos ambiciosos, é um facto, mas não é esse o nosso ADN? Sermos diferentes dos outros é não só pensar diferente e ser antissistema, mas também querer mais e sempre mais e colocar sempre objetivos elevados.

Não fomos o terceiro maior partido em número de votos, mas elegemos 19 vereadores, 172 deputados em assembleias municipais e 205 representantes em assembleias de freguesia – um resultado extraordinário para um partido que tem apenas dois anos de existência.

E ainda roubámos vereadores ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista Português. Pode parecer coisa pouca, mas convém recordar que os bloquistas têm 20 anos de existência e apenas elegeram quatro vereadores. Já o PCP, é importante dizê-lo, é um partido centenário e com uma forte implantação autárquica após o 25 de Abril de 1974.

Por tudo isto, a nossa vitória merece ser sublinhada e comemorada e ao mesmo tempo servir de base para a implantação do CHEGA em todo o território nacional e, porque não dizê-lo, para as autárquicas que se realizarão dentro de quatro anos.

Este foi apenas o primeiro passo. Em 2025 o objetivo já não é o de sermos a terceira força política em número de votos. Daqui a quatro anos seremos um dos dois partidos mais votados a nível autárquico, consolidando, assim, a nossa implementação local.

Não tenhamos dúvidas disto! Lutemos por isto!

Mas também não sejamos ingénuos ao pensar que os resultados nos vão cair do céu. A primeira batalha – a eleição de praticamente quatro centenas de representantes do Partido em todo o país – está ganha. Mas a guerra não! Os próximos quatro anos têm de ser, obrigatoriamente, de trabalho. Trabalho nas câmaras municipais, nas assembleias municipais e nas juntas de freguesia. Trabalho nas ruas junto das populações. Trabalho de consolidação do eleitorado conquistado e trabalho de conquista de novos eleitores. Trabalho também de resistir às ofertas de outros partidos e mantermo-nos fiéis às nossas convicções e aos nossos princípios que são o nosso ADN.

É este trabalho, em conjunto com aquele que é feito na Assembleia da República, que irá preparar o Partido para alcançar 10 a 15% dos votos nas próximas eleições legislativas, tornando-o, assim, indispensável à formação e viabilização de um Governo.

E tenhamos em conta que este sufrágio pode chegar mais depressa do que o expectável. Uma crise política poderá derrubar o Governo agora em funções e lançar-nos naquela que é a nossa missão: Governar Portugal.

Este IV Congresso deve, pois, deixar claro que não deverá o Partido abdicar da participação ministerial num governo eventualmente liderado pelo PSD, exigindo a possibilidade efetiva de transformação do país que tem de assentar, indubitavelmente, na promoção das reformas estruturais que o país precisa em áreas fundamentais como a justiça, o sistema fiscal, a segurança social, a administração interna, o emprego e a defesa nacional.

Este IV Congresso deve, também, ter em mente que uma solução de mero apoio parlamentar será para o Partido ainda mais nociva do que a situação atual, devendo, por isso, deixar claro que apenas uma negociação clara, efetiva e transparente, com possibilidade e autonomia para a concretização de algumas das nossas grandes bandeiras, levará à viabilização parlamentar de um governo de direita.

Temos de ser capazes de construir um Governo de transformação nacional sem ceder ao sistema, às negociatas dominantes nos dois principais partidos e sem medo de medidas fraturantes.

Caso contrário, a nossa atitude não deverá ser diferente daquela que temos, atualmente, com o Governo socialista, pois nenhumas garantias teremos de que uma governação social-democrata (mesmo com centristas e liberais) será substancialmente diferente daquela que atualmente é conduzida pelo primeiro-ministro António Costa.

Em termos internacionais não pode ser esquecida a estratégia de implementação lá fora que tem vindo a ser levada a cabo.

Fazemos parte do grupo europeu Identidade e Democracia e temos vindo a desenvolver relações com partidos de direita europeus que defendem os mesmos princípios que nós.

Esta união, ao contrário do que muitos possam pensar e dizer, é de suma importância face ao contexto atual em que os europeus vivem, um contexto que coloca o Velho Continente numa posição de subserviência perante outras nações estrangeiras.

Nós não esquecemos a nossa história e não esquecemos que a Europa é a mãe da ocidentalidade e, por isso, o Partido deve empenhar-se em fortalecer relações com países europeus para que, em conjunto, possam devolver ao Velho Continente europeu a sua grandiosidade e importância financeira, diplomática, militar e cultural/civilizacional.

No que diz respeito à vida interna do Partido, este Congresso deverá deixar muito claro que tudo o que até aqui tem sido feito por mim, enquanto Presidente eleito do CHEGA, é o caminho que queremos todos seguir, afastando, de vez, apelos de moderação ou de menor intensidade de ação, quer devido aos clamores dos restantes partidos de direita ou esquerda, quer devido a um eventual receio de ilegalização. Os portugueses apenas confiarão em nós se formos firmes no caminho e sem receios. Para representar qualquer frouxidão política já cá estão há muitos anos o CDS e o PSD.

Jamais, em tempo algum, deixaremos de agir conforme os nossos valores e princípios por medo de uma possível ilegalização. Isso seria vergarmo-nos ao sistema e o CHEGA nunca se vergará.

A nossa frontalidade, firmeza e o facto de não sermos politicamente corretos trouxeram-nos até ao patamar em que estamos hoje e, por isso, não devemos mudar de rumo, sob pena de, se o fizermos, perdermos a confiança dos portugueses e, consequentemente, desaparecermos.

Temos de ser capazes de abordar os temas fundamentais do nosso tempo, a ecologia, as alterações climáticas, o animalismo ou os crescentes conflitos e disparidades geracionais, com seriedade e sem o radicalismo de esquerda que os quer elevar a novas religiões do espaço público.

Ao mesmo tempo, lutaremos pela defesa da nossa identidade e tradições, recusando a nova lógica globalista de rever a História e criminalizar os atos do passado português, ou a obsessão de alguns setores em aniquilar uma grande parte das tradições, festas e cultura portuguesa.

Este IV Congresso deve deixar claro ao país que não aceitaremos uma decisão judicial de ilegalização do Partido e que isso representará a definitiva "venezuelização" do regime político português. Este Congresso deverá, pois, definir os termos e os modos de luta e resistência caso o sistema remeta o Partido para a ilegalidade e para a clandestinidade.

Por fim, defendo que a firme aplicação de regras de ética e disciplina se mantenha, mesmo com as conhecidas dificuldades de aplicação.

Não podemos voltar ao tempo em que a imprensa ou as redes sociais serviam quase exclusivamente para lavar roupa suja e perturbar o crescimento externo do Partido e a sua boa imagem.

Que confiança transmitíamos aos nossos eleitores com a contínua ofensa gratuita em público? Nenhuma! Somos e temos de continuar a ser um Partido de ética!

Todos os militantes e dirigentes devem ter em mente que assuntos internos do Partido devem ser discutidos nos locais próprios e com respeito mútuo, permitindo, desta forma, salvaguardar a imagem que os nossos eleitores, futuros eleitores e adversários têm de nós e do funcionamento do nosso Partido.

Por tudo isto fica claro que a minha proposta para o novo mandato é a da continuidade: continuar a crescer, continuar a derrubar os nossos adversários políticos, continuar a conquistar eleitorado, continuar o caminho que transformou este projeto em vencedor e reconhecido pelos portugueses como a única alternativa séria e capaz de mudar Portugal e de transformar a vida de todos os portugueses.

O candidato
André Claro Amaral Ventura
Militante n°1 (Distrital de Lisboa)
Lisboa, 13 de Outubro de 2021

